



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 23/2022

Carta Convite n.º 06/2022

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE ACADÊMICOS**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico, o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

A Prefeitura de Porto Esperidião pretende a locação de 02 (dois) ônibus para os serviços de transporte de estudantes entre o trajeto de Distrito de Pedro Neca e sede do município de Porto Esperidião.

A licitação foi deflagrada a partir de pedido da Secretária Municipal de Educação. O prefeito autorizou a que fossem tomadas as providências para a abertura do processo licitatório com observação das normas pertinentes à contratação.

A contadoria forneceu declaração de existência de dotação orçamentária para a despesas decorrentes da prestação dos serviços. Estão anexados ao processo 03 (três) orçamentos fornecidos por empresas do ramo. Estão anexados os documentos constituídos de Edital, Termo de Referência e Minuta do Contrato.

Era o que havia a relatar.

### FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, o qual transcreve-se:

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."



O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A licitação foi deflagrada a partir de pedido formulado pela secretaria municipal de educação, com a justificativa de que o meio de transporte é de extrema necessidade para dos estudantes do município que buscam a formação de nível superior e ensino fundamental e não possuem recursos financeiros para a locomoção até as instituições de ensino e aqueles que necessitam do transporte até as escolas que atendem ao público do ensino fundamental.

No Termo de Referência está expresso que a contratação é necessária para atender aos alunos da região de Pedro Neca e que sem os serviços de transporte objeto do expediente em questão, dificilmente se alcançaria os resultados no que tange ao direito à educação, uma vez que o Município não dispõe de frota própria suficiente para garantir o transporte dos alunos até as unidades de ensino.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

No caso em tela, o objeto está descrito no Termo de Referência – Item 3.7.3. o tipo de ônibus que está sendo licitado, a forma de contratação, um por KM rodado e outro pelo período de 12 meses, com seus respectivos valores unitários e mensais.

De modo, que sem adentrar no mérito da contratação, é de bom alvitre destacar que a LEI N.º 793/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018 instituiu o serviço público de transporte escolar, a ser prestado pelo Município de Porto Esperidião, para atendimento da necessidade de deslocamento dos alunos matriculados nos cursos técnicos e superiores, do município às escolas e universidades e vice-versa

O convite é a modalidade de licitação prevista no artigo 22, III, da Lei n.º 8666/93, utilizada para contratações de menor vulto, se destina a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado. Um outro aspecto a ser salientado é que três é um número mínimo de convidados, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.

O processo está devidamente instruído com todos os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a **minuta do edital** e do respectivo **contrato administrativo e seus Anexos** que serão os principais objetos de análise e aprovação neste parecer.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Nota-se que se encontram anexados os parâmetros de preços fornecidos por empresas do ramo.

O art. 40 da Lei n.º 8666/93 indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela, verificamos que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos. Além disso, atende ainda às condições específicas da licitação no que diz respeito ao seu objeto.

A comissão deve se atentar para a contratação, cuja finalidade é específica e se exaure com o cumprimento da atividade, devendo primar pela observância da comprovação da idoneidade do contratado com rigorosa verificação da proposta comercial e documentação de habilitação da empresa.

A minuta do contrato administrativo anexo reflete todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também reflete outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução.

Salienta-se que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

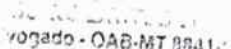
Deste modo, estando à minuta do Edital e do contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Porto Esperidião-MT, 15 de março de 2022.

  
José de Barros Neto

Portaria 58/2012

  
Advogado - OAB-MT 88411